

**Silvia Lucia Bigonjal Braggio**  
(*Universidade Federal de Goiás*)

**O papel da pesquisa sociolingüística em projetos de  
educação, vitalização de língua e cultura: relatos  
sociolingüísticos iniciais dos Avá-Canoeiro de Minaçu**

**ABSTRACT**

All over the world the accelerated death of minority languages, mainly the indigenous ones, has been calling the attention of linguists who have been assuming the need not only of sociolinguistic studies but also of new sociolinguistic typologies as a way of bringing forth programs of (re)vitalization of those endangered languages. This article presents the reasons for the maintenance of those languages and those related to their loss, the up to date sociolinguistic typologies as well as a preliminary report, which was done in February and August of 2002, on the sociolinguistic situation of the Avá-Canoeiro indigenous people who are living at the Area Avá-Canoeiro, in the state of Goiás. In order to correctly apply the typology chosen for this study the historical contact of the group with the whites is showed giving support to the analysis of code switching among the Avá themselves and the whites living in the area. It is assumed by this author that code switching studies can be seen as a good tool to show how "safe" the native language is and to give support to the linguistic and educational actions under way among those people.

**KEYWORDS:** Endangered languages; Sociolinguistics typology; Indigenous education; Languages of Brazil.

**RESUMO**

A perda e a extinção das línguas indígenas ao longo da história e, principalmente, nas últimas três décadas, a uma velocidade nunca antes observada, têm levado lingüistas de todo o mundo não só a chamarem a atenção sobre esse fenômenos mas, entre outros aspectos, a defenderem o uso de pesquisas sociolingüísticas

---

<sup>1</sup> Este artigo foi apresentado na 54ª Reunião da Abralín, na SBPC, ocorrida de 12 a 17 de julho de 2002, na Universidade Federal de Goiás, em Goiânia, GO. Faz parte do *Projeto Avá-Canoeiro. Proposta de educação: vitalização de língua e cultura*, do qual sou coordenadora. São membros do projeto Marco Antonio Lazarin (UFG - FCHS-Museu-consultor antropológico), Mônica Veloso Borges (UFG-Museu-FL-doutoranda em Lingüística, UNICAMP); Rosani Moreira Leitão (UFG-Museu-doutoranda em Antropologia, UnB) e José Estevão Rocha Arantes (bolsista). O projeto é um convênio de FURNAS/FUNAPE/FUNAI, financiado por FURNAS, com o Museu como entidade científica que o realiza. Agradeço a Marco Antonio Lazarin e Angel Corbera Mori a leitura e sugestões a esse texto. Os erros são de responsabilidade da autora.

que mostrem quando uma língua está se perdendo, mais especificamente, a criarem tipologias sociolingüísticas que apontem caminhos para evitar a sua perda e possibilitar a sua (re)vitalização. Esse artigo apresenta: (i) os motivos para a manutenção dessas línguas; (ii) as razões de sua perda, e (iii) as tipologias ora disponíveis e traz um primeiro relato da situação sociolingüística dos Avá-Canoeiro, da Área Indígena Avá-Canoeiro, GO, realizado em fevereiro e agosto de 2002. Faz-se um percurso histórico do contato do grupo com a sociedade envolvente, a fim de situá-los no cenário atual e compreender a situação sociolingüística do grupo no momento. Eventos/cenas de fala são descritos com o foco na alternância de línguas (code switching), pois esse aspecto de uso da língua em sociedades bilíngües, mostra se a língua nativa está sendo deslocada ou não. Apesar de ser um relato sociolingüístico inicial do grupo, fatos importantes são apontados e estão servindo de subsídios para um programa de educação escolar ora em andamento na comunidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Perda e extinção de línguas indígenas; Tipologias sociolingüísticas; Educação indígena; Línguas do Brasil.

## 1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Lingüistas dedicados ao problema das línguas minoritárias em perigo de extinção apontam não só vários argumentos a fim de que essas línguas não desapareçam e as razões que as levam ao desaparecimento, como têm contribuído sobremaneira no estabelecimento de pesquisas lingüísticas, como também sociolingüísticas e, mais recentemente, de tipologias sociolingüísticas que têm dado subsídios para programas de (re)afirmação ou de (re)vitalização dessas línguas, auxiliando a sobrevivência dos povos que as falam, como povos culturalmente únicos e singulares. Obviamente, uma pesquisa sociolingüística por si mesma não é capaz de reverter uma situação de perda. São necessários outros instrumentos e ações, de preferência, equipe de pesquisadores, indigenistas e outros trabalhadores que, com os povos indígenas, os verdadeiros atores nesse processo, enfrentem a difícil tarefa de manter ou resgatar seus bens mais vitais. Relatos de programas de revitalização que estão conseguindo resgatar línguas quase mortas se enquadram nessa afirmação (Hinton e Hale, 2001; Fishman, 2001). Todavia, todos eles não prescindem de pesquisas sociolingüísticas, pois elas não só têm mostrado o significado dessas línguas e as razões de sua perda, como apontado caminhos para a sua vitalização ou seu resgate.

Os argumentos mostrando a significação da perda dessas línguas são contundentes: (i) a constatação dessas línguas como espécies humanas, as quais, uma vez perdidas levam com elas a diversidade cultural e intelectual da humanidade (Hale, 1992a; Krauss, 1992, 1996); (ii) o rompimento da transmissão da herança cultural que se dá principalmente através da língua (Crystal, 2000); (iii) a perda de um melhor entendimento da capacidade humana de produzir línguas (Rodrigues, 2000); (iv) a eliminação da complexidade lingüística, juntamente com o que é culturalmente distintivo, único e singular para cada povo (Nettle e Romaine, 2000; Dorian, 1989); a perda das chaves para a sobrevivência psicológica, social e física, pois a língua é forte marca de identidade cultural (Reyhner, 1996) e, o argumento talvez mais forte, o de que a perda de uma língua significa a “morte” de um povo (Albó, 1988, 1999). As razões apontadas para o desaparecimento e extinção das línguas minoritárias também são várias e atuam de formas diferentes para os diversos povos. Essas razões nos interessam sobremaneira, pois é preciso identificá-las nos projetos de (re)vitalização, já que muitas vezes o que aparece na superfície de uma dada situação sociolingüística pode ser apenas a ponta de um iceberg que se ancora em raízes mais profundas, oriundas do contexto

socioeconômico, político e histórico, que levam uma língua à sua extinção e morte. É nesse sentido que venho afirmando que as línguas são marcadoras sensíveis de mudanças sociais, culturais e no ecossistema (Braggio, 1992, 1995, 1997). Muitas vezes, por se acreditar, à primeira vista, em uma situação de bilingüismo aparentemente estável em uma dada comunidade, deixamos de perceber a real situação de conflito diglótico (Hamel, 1988) na qual a língua majoritária, geralmente a oficial, vai deslocando a língua minoritária. Ou seja, uma comunidade monolíngüe em sua língua nativa, passa a bilíngüe (em tipos variados que vão se aprofundando), e, finalmente a monolíngüe na língua majoritária. As razões que levam a essa situação são discutidas a seguir e como já afirmei anteriormente, atuam de formas diferentes em cada comunidade. O foco, a partir desse ponto, são as línguas indígenas, em especial as brasileiras.

A primeira razão apontada para o desaparecimento de uma língua é a extinção de seu povo. Isso aconteceu de forma drástica para os povos indígenas das Américas durante o período da *colonização*. Nesse cenário, seus povos foram erradicados pela destruição de seu habitat, pela fome, pelas doenças trazidas pelos europeus e pela escravização, pois “as redes sociais que dão suporte às pessoas deixam de existir” (Nettle e Romaine, 2000:90). No caso do Brasil estima-se que havia aqui nessa época por volta de 1.175 línguas faladas por 6.000.000 de indígenas de várias etnias (Rodrigues, 1993a). Temos hoje de 160 a 180 línguas indígenas e 216 etnias, sendo que 12 dessas etnias estão em perigo de extinção (Ricardo, 2001). A configuração da distribuição geográfica e demográfica das línguas indígenas no Brasil hoje, em parte, foi gerada nessa época (e continua sob constante ameaça dada a omissão do Estado às terras habitadas pelos povos indígenas). As regiões mais despovoadas de povos indígenas foram exatamente aquelas que sofreram mais com o processo de colonização. A região mais povoada por eles é a Região Norte compreendendo o que se convencionou chamar de Amazônia Legal, constituída pelos seguintes estados: Acre, Amazonas, Roraima, Rondônia, Amapá, Pará, Tocantins, Mato Grosso e Maranhão.

Embora haja povos indígenas em quase todos os estados do Brasil e em todas as regiões o número de pessoas por grupo é bastante baixo. Somente sete línguas têm mais de 10.000 pessoas. O número de línguas com menos de 101 pessoas perfaz quase 1/3 do total de línguas. Do ponto de vista de Rodrigues (1993b) estas últimas são as mais ameaçadas de extinção o que é corroborado por Nettle & Romaine (2000: 41) quando afirmam que “embora línguas com pequeno grupo de falantes estejam sobrevivendo, as línguas com reduzido número de falantes podem desaparecer muito mais rápido do que as que têm maior número de falantes, porque as pequenas comunidades têm menos resistência às forças tecnológicas e socioeconômicas”. Dessa forma, *o tamanho do grupo* pode ser um forte fator para o desaparecimento de uma língua indígena.

É óbvio que a extinção de um povo significa a extinção de uma língua. Para os grupos que sobreviveram, outros fatores têm contribuído para a perda de suas línguas. De acordo com Adelaar (1991,1998) uma das razões para muitas línguas indígenas sul-americanas deixarem de existir foi o *avanço das línguas coloniais* em detrimento daquelas. Hare (1999) aponta que as nações colonizadoras levaram suas línguas às mais distantes regiões impondo-as como meio de comunicação obrigatório, causando a destruição das línguas de muitas comunidades indígenas. Também apóiam essa afirmação Cuarón e Lastra (1991) para as línguas indígenas do México e Herzfeld & Lastra (1999) para outras línguas nativas nas Américas. No Brasil, para tanto, concorreu a *política assimilacionista /integracionista*

que se implantou no país desde aquela época e só mais recentemente, com a Constituição de 1988, abre um espaço de diálogo com os povos indígenas (Coelho dos Santos, 1995). Para a política assimilacionista, as línguas e culturas indígenas eram vistas como obstáculos que deveriam ser eliminados a fim de que o indígena pudesse ser mais facilmente assimilado e, alienado, servir de mão de obra barata. A *educação escolar* para os povos indígenas brasileiros desempenhou um importante papel nesse processo desde a época da colonização, como parte das políticas governamentais para os povos indígenas, no caso das línguas, de “bilingüismo subtrativo”. A obrigatoriedade do ensino fundamental em Português *somente* foi, durante muito tempo, desastrosa para os povos indígenas. Outra razão apontada para a perda das línguas é a *globalização* (Krauss, 1996; Ávila, 1999), com seu poder de homogeneizar e tornar igual o que é diferente, de anular a alteridade. Nesse vendaval de mudanças que tem ocorrido no último século inúmeras línguas se perderam e calcula-se que entre vinte e cinquenta por cento das 6.000 línguas faladas no mundo não são mais faladas pelas crianças como sua primeira língua (Krauss, 1996). Oprimidos, pressionados e desprestigiados e sofrendo de forte *preconceito e estigmatização* com relação à sua língua e cultura pela sociedade dominante, os povos indígenas *deixam de passar suas línguas para as próximas gerações*, o que implica na “internalização de estereótipos de que é vítima... [levando]... a conflitos de identidade e a uma **atitude** negativa com a língua...[culminando]... no abandono da mesma” (Seki, 1984; meu grifo). Está aí instalada uma situação de *diglossia* conflituosa, de contato inter-étnico de fricção (Cardoso de Oliveira, 1978) com o deslocamento da língua indígena pela língua dominante de prestígio. Nesse processo de perda, a língua vai ficando restrita a alguns falantes, geralmente os das gerações mais velhas. Decorrente desta, ocorre o que Albó denomina *atrofiação* da língua (Albó, 1999). Nesse sentido, todas as áreas da língua são atingidas, pois se acredita que mudanças funcionais nos diferentes domínios sociais (alocamento de uma língua a um determinado domínio social), acarretam mudanças na gramática, na fonologia, na morfologia, no vocabulário, padrões discursivos, estilo (principalmente os mais formais), havendo uma espécie de simplificação, obsolescência da complexidade da língua (Dorian, 1989), que afasta as gerações mais velhas das mais novas. Isso pode ser observado, por exemplo, na transmissão dos mitos e rituais, domínios sociais aos quais são alocadas as línguas indígenas, que deixados de ser usados, também deixam de passar às gerações mais novas os estilos mais formais da língua. A mudança no ecossistema também tem sido apontada como uma das causadoras de mudanças abruptas nas línguas (diferentes das mudanças naturais que todas as línguas e culturas sofrem, pois nenhuma das duas é estática), pois uma vez mudado o ambiente, muitos dos conhecimentos sobre fauna, flora, cosmologia, etc. podem ser perdidos e como estão intrinsecamente marcados nas línguas, através dos seus sistemas de classificação e categorização, das relações íntimas entre práticas discursivas e práticas culturais, também se perdem. Nesse processo de mudança e deslocamento os *empréstimos* começam a passar massivamente da língua dominante para a indígena sem passar pelo filtro da língua (quando os falantes ou os criam através da própria língua ou os adaptam à sua fonologia e morfologia), acabando por ocasionar *alternâncias de línguas* (no mesmo enunciado ou entre enunciados) que não se justificam a partir das atuais teorias sociolingüísticas, obscurecendo a língua que está sendo falada. Em seus estágios finais a língua que está morrendo começa a utilizar palavras emprestadas que existem em sua própria língua (Nettle e Romaine, 2000).

Portanto, são várias as razões que levam uma língua à sua perda. Essas razões devem ser cuidadosamente observadas nas pesquisas sociolingüísticas. O grau de perigo de extinção de uma língua também deve ser observado através de tipologias que não deixam de considerar essas razões, mas ampliam o conhecimento na área.

## 2. TIPOLOGIAS E O GRAU DE PERIGO DE UMA LÍNGUA

Como afirmei anteriormente, esforços têm sido feitos, nos últimos anos, para tentar interromper o processo de perda e morte das línguas. Uma das contribuições tem sido a elaboração de tipologias que dêem conta não só de estabelecer o que se entende por morte de uma língua, mas de prever os caminhos que uma língua toma em direção à extinção, já que as línguas estão ameaçadas de formas e em graus/níveis diferentes, e de não se ter uma fórmula mágica de programa de (re)vitalização que sirva para todas as situações. Dada a constatação tipológica, a especificidade de cada situação, também alguns modelos de programas têm sido viabilizados e estão sendo utilizados nas diversas partes do mundo. Como se pode observar pelas tipologias, as mesmas ações nem sempre serão eficazes para cada caso em particular.

Hale (1998) assume como **Ameaçadas** todas as línguas com menos de 100.000 falantes. Fishman (1991: 88-109) estabelece oito estágios para caracterizar vitalidade ou perda de língua. O grau de ameaça deve ser lido do 8 ao 1: **Estágio 8**: Somente alguns mais velhos usam a língua; **Estágio 7**: Somente adultos usam a língua; **Estágio 6**: Há algum uso intergerações da língua; **Estágio 5**: A língua está viva e sendo usada na comunidade; **Estágio 4**: A língua é utilizada no ensino básico da 1ª. Fase; **Estágio 3**: A língua é utilizada nos locais de negócios; **Estágio 2**: A língua é usada pelo governo local e na mídia; **Estágio 1**: A língua é usada pela esfera governamental mais alta e para educação.

Wurm (1998:192) apresenta uma classificação em cinco níveis, acentuando o papel do falante: **Línguas potencialmente ameaçadas**: estão em desvantagem social e econômica desprivilegiadas, sob grande pressão de uma língua mais forte e começando a perder falantes infantis; **Línguas ameaçadas**: há poucas ou nenhuma criança adquirindo a língua nativa e os bons falantes são adultos mais jovens; **Línguas seriamente ameaçadas**: os melhores falantes têm idade de 50 anos para cima; **Línguas moribundas**: há somente poucos falantes, a maioria de pessoas mais velhas; **Línguas extintas**: não têm mais falantes.

Kincade (1991: 160-3) também apresenta uma classificação em cinco níveis abarcando mais variáveis: **Línguas viáveis**: têm uma base populacional que é suficientemente grande e está em pleno crescimento, o que significa que não há ameaça em longo prazo para a sua sobrevivência; **Línguas com pequeno número de falantes, mas viáveis**: têm mais do que 1.000 falantes e são faladas em comunidades que estão isoladas ou têm uma organização interna forte, e seus falantes estão conscientes da sua língua como marca de identidade; **Línguas ameaçadas**: são faladas por pessoas no número suficiente para tornar a sobrevivência uma possibilidade, mas somente em circunstâncias favoráveis e com um aumento do suporte da comunidade; **Línguas quase extintas**: estão aquém da possibilidade de sobrevivência, usualmente porque são faladas somente por algumas pessoas mais idosas.

Krauss (1992,1996) divide as línguas em categorias e acentua o fator geração. Ele (1992: 4) afirma que “as línguas não mais adquiridas pelas crianças como línguas maternas

estão além da mera ameaça, porque a menos que seu curso seja dramaticamente revertido, elas já estão condenadas à extinção... Essas línguas eu as chamo de ‘moribundas’” (aspas do autor). Para o autor estão na **Categoria A** as línguas que ainda estão sendo adquiridas pelas crianças pelo modo tradicional, de seus pais e pessoas mais velhas. Estão na **Categoria B** as línguas que ainda são faladas pelos pais, mas que geralmente não as falam com seus filhos. Na **Categoria C** estão as línguas que são faladas somente por pessoas de meia idade e pelos mais velhos. Na **Categoria D** as línguas são faladas somente por poucas pessoas mais velhas. Para Krauss (op.cit.: 2) fica evidente que “se uma língua não é falada por ninguém com menos de 50 anos, então ela não vai durar mais do que uma que é falada por 100 pessoas”.

A Tipologia estabelecida por Hinton (2001) também divide as línguas em categorias de nível de perigo, das menos para as mais ameaçadas e as já mortas: em **(a)** estão as línguas ainda faladas por todos os grupos de idade, mas com um visível declínio na proporção de crianças adquirindo a língua em casa, e um declínio nos domínios nos quais a língua é usada para comunicação; em **(b)** estão as línguas que as crianças não mais as adquirem em casa. Isto pode significar que a geração de pais sabe a língua, mas cessou de usá-la, ou talvez a geração de avós seja a única geração que a sabe. Dependendo das características da perda da língua em uma dada comunidade, pode haver uma geração de semi-falantes; em **(c)** estão as línguas em que há somente falantes mais idosos; em **(d)** estão as línguas que perderam todos seus falantes. Grenoble & Whaley (1998) apresentam uma tipologia que pretende levar em consideração todas as variáveis em suas íntimas interrelações. Partem da tipologia de Edwards (1992: 37-54) que julgamos conveniente apresentar por ser a base das expansões do modelo desses autores:

Quadro 1. Tipologia de Edwards

	Categorização A		Categorização B	
	Falante	Língua	Língua	Contexto
Demografia	1	2		3
Sociologia	4	5		6
Linguística	7	8		9
Psicologia	10	11		12
História	13	14		15
Política	16	17		18
Geografia	19	20		21
Educação	22	23		24
Religião	25	26		27
Economia	28	29		30
Tecnologia	31	32		33

Fonte: Edwards 1992

O quadro deve ser lido como constando de dois parâmetros: Categorização A e B. A Categorização A consiste em diferentes perspectivas sob as quais os grupos humanos podem ser caracterizados. A Categorização B identifica o escopo sobre as quais as variáveis A

podem ser aplicadas: falante, língua e contexto. Estes dois parâmetros geram o quadro acima com 33 células. A cada célula é associado um conjunto de questões específicas. O número de questões corresponde ao número de células. A fim de elucidar o modelo apresentamos as questões:<sup>2</sup>

1. Número e concentração de falantes?
2. Abrangência da língua ?
3. Natureza rural—urbana do contexto?
4. *Status* socioeconômico dos falantes?
5. Grau e tipo de transmissão da língua?
6. Natureza de esforços de manutenção e sobrevivência prévios/correntes?
7. Capacidades lingüísticas dos falantes?
8. Grau de padronização da língua?
9. Natureza da migração?
10. Atitudes lingüísticas dos falantes?
11. Aspectos das relações de identidade de língua?
12. Atitudes dos grupos majoritários em relação aos minoritários?
13. História e passado do grupo?
14. História da língua?
15. História da área na qual o grupo vive?
16. Direitos e reconhecimento dos falantes?
17. Grau e extensão do reconhecimento oficial da língua?
18. Grau de autonomia ou “status oficial” da área?
- 19-21. Fatos básicos sobre a geografia?
22. Atitudes dos falantes e envolvimento em relação à educação?
23. Tipo de suporte da escola para a língua?
24. Estado da educação na área?
25. Religião dos falantes?
26. Tipo e força da associação entre língua e religião?
27. Importância da religião na área?
28. Economia dos falantes do grupo?
29. Associação entre língua(s) e sucesso/mobilidade econômica?
30. Riqueza econômica da região?
31. Representação do grupo na mídia?
32. Representação da língua na mídia?
33. Consciência pública geral da área?

Grenoble & Whaley (1998: 30) fazem três adições ao modelo. Incluem letramento já que este “desempenha um papel significante nas comunidades de fala e na relativa vitalidade de línguas ameaçadas”. Propõem que a coluna A (macro-variáveis) seja refinada a fim de se fazer uma distinção entre contextos de grandes áreas, contextos nacionais, contextos

---

<sup>2</sup> A apresentação exaustiva desse modelo visa à sua aplicação.

regionais, e contextos locais. Propõem ainda que as variáveis sejam hierarquizadas, colocando o fator econômico como a variável mais alta. O modelo fica assim representado (Grenoble & Whaley (op.cit.: 36):

Quadro 2. Tipologia de Grenoble & Whaley

---

Variáveis de letramento	
<b>Macro- Variáveis</b>	
Educação	Língua(s) de instrução, nível de multilingüismo na escola, etc.
Planejamento de língua	Natureza dos objetivos, <i>input</i> da comunidade nativa, papel da cultura majoritária, recursos disponíveis da cultura majoritária, etc.
Atitudes regionais em relação a multilingüismo, multiletramento, multiculturalismo	
Línguas e ortografias regionais	Relação às línguas minoritárias, grau de prestígio
Tipos de materiais impressos disponíveis	Religiosos, pedagógicos, instrucionais políticos, literatura, etc.
<b>Micro-Variáveis</b>	
Papel do letramento na comunidade	Educação, religião, leis, literatura histórias, registros pessoais e correspondência, diagramas e instrução técnica, etc.
Aquisição de letramento	Motivação, ambiente da aprendizagem, professores, materiais e métodos pedagógicos, natureza das sessões, número de participantes, etc.
Questões de padronização	Qual dialeto é base para a língua literária, prestígio, inteligibilidade, aprendizagem, ortografia
Natureza da comunidade indígena	História, densidade lingüística, níveis de multilingüismo, multiletramento, educação, fatores de prestígio, etc.

---

Fonte: Grenoble & Whaley, 1998

As características fundamentais do modelo proposto pelos autores são: “(1) identifica uma multiplicidade de variáveis que são cruciais para predizer padrões de perda ou manutenção de língua; (2) distingue as variáveis do nível micro (internas à comunidade), das variáveis do nível macro (externas à comunidade); (3) organiza as variáveis em vários níveis: local, regional, nacional e extranacional; e (4) hierarquiza a influência de certas variáveis mais do que outras.”

A preocupação em elaborar uma tipologia que dê conta da situação das línguas é uma das tarefas que Crystal (2000: 93-94) aponta como crucial, ou seja, uma teoria que oriente a descoberta da língua ameaçada e que informe como acessar e diagnosticar tal situação já que, dada a singularidade de cada situação, não é possível um procedimento de intervenção único. Do ponto de vista do autor, a descoberta do fato em si (da língua ameaçada) e o desenvolvimento de uma perspectiva teórica, deveriam ser “os dois lados de uma mesma moeda”, i.é. prioridades máximas no trabalho com línguas em perigo de extinção. Dessa forma, para o autor, um dos papéis do lingüista que trabalha com línguas indígenas em perigo de extinção é pesquisar a sua situação sociolingüística. É o que relatamos a seguir com o povo indígena Avá-Canoeiro de Minaçu, GO.

### 3. PRIMEIROS ASPECTOS DA PESQUISA SOCIOLINGÜÍSTICA ENTRE OS AVÁ-CANOEIRO DE MINAÇU

A tipologia de Edwards (1992), complementada com a de Grenoble e Whaley (1998), está sendo utilizada na pesquisa com os Avá - Canoeiro de Minaçu. A análise dos diferentes dados sociolingüísticos coletados basear-se-á em autores da sociolingüística, tais como Hymes, Romaine, Grosjean, entre outros. É a partir dela que os dados do contato histórico do grupo com a sociedade envolvente são considerados de grande relevância para uma visão mais abrangente do estudo sociolingüístico da comunidade. Os Avá-Canoeiro pertencem à família lingüística Tupi-Guarani (Rodrigues, 1986) e constituem um grupo de seis pessoas<sup>3</sup> vivendo na Área Indígena Avá-Canoeiro, no estado de Goiás, com 38.000 hectares, demarcada, mas ainda não homologada e registrada. Os resultados dessa pesquisa darão uma idéia da vitalidade da língua ao mesmo tempo em que fornecerão subsídios para o processo de educação escolar. A pesquisa é do tipo qualitativo (Agar, 1983) que faz uso de observações, gravações, questionários e filmagens.

Esse é o primeiro relato sociolingüístico da minha visita ao grupo em fevereiro e agosto de 2002.

#### 3.1. O Contato

Como afirmei anteriormente o contato dos povos indígenas com os não-indígenas é um fator relevante na sua constituição e sobrevivência física, lingüística e cultural. A história de contato do povo Avá-Canoeiro com os não-indígenas foi, a partir de minhas leituras principalmente de Pedroso (1994), Tosta (1997), Toral (1986), Rocha (1998), Granado (1997,1998), bastante complexa. Os dados lingüísticos do contato são quase inexistentes, mas há pistas que nos levam a formular algumas hipóteses de trabalho. Há três termos que definem o contato entre os Avá e a sociedade envolvente que dão suporte à atual situação sociolingüística dos Avá de Minaçu: conflito, dispersão e resistência. Segundo Pedroso (1994), os Avá-Canoeiro habitavam às margens do rio Tocantins e Maranhão. A hipótese mais provável é a de que tenham vindo do norte, subindo o rio Tocantins e estabelecendo-se em seu alto curso. Já antes da época da colonização do Centro-Oeste (século XVIII) estavam estabelecidos às margens desses rios e seus afluentes. Da minha leitura dos mapas de Pedroso (op. cit.) pude observar que estavam mais agrupados entre 1760-1798 e bem mais dispersos, entre 1860 e 1889, em pequenos grupos. É importante notar que essa *dispersão* começa a ficar bem visível a partir de 1840, uma estratégia dos Avá para garantir sua sobrevivência física, cultural e autônoma no *conflito* estabelecido com os colonizadores que estavam invadindo suas terras. Em meados do século XVIII os conflitos passaram a ser intensos, mas como afirma Pedroso (1994: 42) os Avá eram “avessos ao contato **não admitindo fala** nem com o colonizador nem com os índios já contatados” (meus grifos), recusando-se terminantemente ao contato pacífico, pelo contrário, atacando os

---

<sup>3</sup> Vivem aí Matxa, do sexo feminino por volta de 65 anos, Nakwatxa, também do sexo feminino, entre 45 e 50 anos, Iawi, do sexo masculino, por volta dos 40 e Tuia, no começo dos 30, estes últimos genitores de Trumak, do sexo masculino, 15 anos e Putdjáwa, de 13, do sexo feminino.

colonizadores, e mostrando seu caráter de *resistência*. Considerados, então, como altamente perigosos e como um entrave à tomada da região pelos brancos, os Avá-Canoeiro foram sendo paulatinamente massacrados e erradicados por bandeiras punitivas com instrumentos de ataque mais poderosos. Quando aprisionados em presídios militares (a partir de 1860) preferiam a morte, o que desconcertava a população de então. Nunca foram aldeados nos termos de Rocha (1998), o que ocorreu com outros povos indígenas da região. Estima-se que eram em número de 5.000 pessoas. Após ataques/massacres que duraram dois séculos, por fazendeiros, mineiros, posseiros, jagunços, por volta de 1960 (portanto, dois séculos), os Avá estavam reduzidos a 100 pessoas. E a um número menor ainda com os massacres seguintes. Essa situação: redução do grupo como um todo, grupos bem menores, dispersão, nomadismo, mudança das margens de rios para altas montanhas, foram transformações que levaram à redução dos bens materiais e “[à] capacidade de reprodução física da própria sociedade” (Pedroso, 1994: 81, 82). A autora constatou, porém, que o grupo Avá contatado em 1983 “possui uma vida religiosa intensa, utilizando o fumo e o maracá em seus rituais de pajelança”. Esse grupo, constituído por Matxa, Tuia, Nakwatxa e Iawi, sobrevivente de um desses massacres, perambulou durante 12 anos vivendo em cavernas, como nômades, fugindo do “homem branco”. Bastante doentes, os quatro Avá se “entregaram” a um fazendeiro em Minaçu em 1983 que contactou a FUNAI. Foram levados para viver na região onde estava sendo construída a Usina Hidrelétrica da Serra da Mesa e aí viveram por volta de um ano. Em seguida foram transferidos pela FUNAI para um posto a apenas oito quilômetros da usina, onde nasceram Trumak e Putdjáwa, filhos de Iawi e Tuia, e mais tarde para o atual local onde vivem (que será descrito posteriormente). Para Toral (1985) os Avá-Canoeiro enquanto grupo étnico diferenciado, estão em extinção. Já para Granado (1998) é possível que isso não aconteça.

### 3.2. Os primeiros contatos e a língua nativa

Diferentemente de outros povos indígenas que perderam sua língua no contato, **os quatro Avá-Canoeiros sobreviventes mantiveram sua língua**. Há vários fatores que afetam a manutenção ou a mudança da língua e podem ser os mesmos em ambos os casos (Grosjean, 1983). No que diz respeito ao Avá de Minaçu podemos levantar as seguintes hipóteses que estão inter-relacionadas, dada a singular situação de contato que viveu até 1983: (i) o isolamento do grupo com respeito ao homem branco, sem ter com ele estabelecido relações amistosas (pelo contrário, como vimos, eram considerados perigosos e “invisíveis” (Pedroso, 1994)); (ii) o constante caráter de migração/mobilidade/dispersão, o que também os isolou, mas os tornou mais integrados entre si, mais solidários. Ambos os fatores e (iii) o grau de solidariedade/identidade do grupo à sua língua e cultura, e resistência, dificultaram o contato permanente com o homem branco não permitindo, assim, a aquisição do Português nesse período. Seguramente, nessa época, a língua Avá tinha grande vitalidade, sendo utilizada em todas as funções a elas pertinentes. A “lealdade lingüística”, certamente se apoiou na solidariedade/integração e no caráter de resistência dos membros do grupo.

### 3.3. O Contato a partir de 1983

A situação de contato permanente dos Avá de Minaçu com o “homem branco” foi extremamente conflituosa (Tosta, 1997). Como vimos, eles foram colocados para viver em local próximo à construção, em suas próprias terras, da Usina Hidrelétrica da Serra da Mesa (FURNAS). Este é provavelmente o período em que começaram a ter mais contato com o Português com os trabalhadores locais. Inevitavelmente a língua de contato, a “língua franca”, tinha que ser o Português. Um grupo muito maior de trabalhadores não teria interesse nenhum em adquirir a língua de quatro indígenas. Trata-se, sem dúvida, de uma situação assimétrica, de um grupo dominante exercendo seu poder sobre um grupo extremamente fragilizado. Seguramente, a segunda língua dos Avá, o Português, deve ter sido adquirida a duras penas. Este é um fato confirmado entre outros povos indígenas com os quais trabalhei e outros correntes na literatura sobre o assunto, já que “os povos indígenas estavam fadados a desaparecer”, fato este de forte impacto sobre esses povos. Este foi um período bastante difícil para os Avá de Minaçu. Mais tarde, como vimos, foram deslocados para um posto da FUNAI a apenas oito quilômetros da Usina, o agora chamado Posto Velho. Este foi o período em que nasceram Trumak e Putdjáwa. Povos indígenas altamente ameaçados deixam de ter filhos, a fim de não legar a eles a sua própria sina. São vários os povos que seguiram essa conduta e, entre outros motivos, também causou a depopulação dos povos indígenas no Brasil até os anos 80 (Ricardo, 2001).<sup>4</sup> As notícias da época não desmentem esse fato com respeito aos Avá de Minaçu (Tosta, 1997: 28). Eles não queriam, mas tiveram esses filhos e **passaram a essa nova geração a sua língua, Avá-Canoeiro**, que chamam de “língua”, fator este que, de acordo com os estudos sociolingüísticos, indica uma **atitude positiva** com relação à própria língua e aos seus valores culturais. Também deve ter sido nesse período que o seu Português continuou a desenvolver-se através do contato com agentes da FUNAI, usuais trabalhadores nos postos indígenas e outros “brancos” que haviam invadido suas terras, principalmente o de Iawi e, inclusive, o início da aquisição dessa língua por Trumak e Putdjáwa.

A fim de contextualizar alguns eventos de fala (Hymes, 1974) que pude observar e o seu tipo ou grau de bilingüismo, tomando como foco a alternância de línguas interpessoal, devo antes colocá-los no cenário atual onde estão inseridos e foi ao qual eu tive acesso. Essa contextualização clarifica a situação sociolingüística atual.

Nesse cenário, a vários quilômetros de Minaçu, havia antes posseiros que tinham invadido a área a eles reservada. O contato com esses posseiros foi longe de harmonioso, pois estes estavam invadindo e explorando terras demarcadas aos Avá e os próprios Avá. Só recentemente foram retirados da reserva indígena (ainda há quatro deles no local, emperrando na justiça o registro das terras dos Avá-Canoeiro) o que, de meu ponto de vista, teve implicações para a mudança de casa dos Avá e na configuração do local. Como parte das obrigações da Usina com os Avá, foram construídas quatro casas de tijolo à vista, em uma área circundada por morros altos, rios, cachoeiras, muitos pássaros, peixes, animais, e muitas árvores naturais do cerrado. Uma delas foi alocada aos Avá, a outra aos caseiros,

---

<sup>4</sup> Nos últimos anos, segundo o ISA (Ricardo, 2001 (ed.)), a população indígena vem aumentando consideravelmente.

uma outra à enfermaria e uma ao chefe do posto. No momento de minhas visitas viviam aí somente os dois caseiros Magna e Geraldo Ribeiro (Magna agora está na cidade com a filha Micaela) com os quais os Avá têm contato cotidiano e com Walter Sanches, chefe do posto. Walter Sanches, indigenista que está com os Avá há 12 anos, tem trabalhado em conjunto com eles, para a mudança de uma situação altamente conflituosa para uma em que os Avá fazem planos para as suas vidas, com sua nova casa no alto do morro e suas roças ao lado desta casa. É nessa área que os Avá têm criado seus filhos e foi aí que desenvolveram mais seu Português, em diferentes tipos de bilingüismo que começarei a discutir nesse artigo respondendo a algumas das perguntas colocadas por Edwards (1992). Em 2001 decidiram subir um dos morros e construir aí uma casa de toras de madeira coberta com palha de buriti para nela viverem. A casa de tijolos foi abandonada (algumas vezes regressam para a casa do posto quando Matxa tem que fazer algum tratamento médico, por exemplo). Trumak e Putdjáwa, durante nossas visitas, passaram o tempo no posto conosco e de acordo com os caseiros passam mais tempo no posto do que no alto do morro, embora eles subam e os outros desçam sempre. Nos fins de semana, quando Geraldo vai à cidade, eles sobem e lá ficam até a volta dele. Essa diferente configuração me leva a classificar o local em dois núcleos: 1) aquele onde está a “casa alta” e, 2) aquele onde estão as “casas do posto” (exceto a deles). Esses núcleos apresentam diferentes situações sociolingüísticas.

### 3.3.1. A situação sociolingüística na “casa alta”

A língua dominante no local é a Avá. Os fatos do contato e outros que aponto a seguir é a de que na “casa alta” (e também quando estavam/estão sozinhos na “sua casa do posto”) a língua mais usada entre eles, é a Avá-Canoeiro, em todos os domínios sociais, nos diferentes estilos, os da esfera do cotidiano e os da esfera privada (Bakhtin, 1992), como rituais, músicas, mitos etc., por quatro razões principais: (i) a da lealdade lingüística, fator/valor a não ser subestimado, pois já foi historicamente demonstrado por eles. O grupo está, novamente, mais isolado e, certamente, mais integrado; (ii) ali não há “brancos” presentes que demandem alternância de línguas, um processo sociolingüístico natural entre povos bilíngües. Logo, não há necessidade de se usar Português. Além do mais, (iii) a variedade étnica do Português dos mais velhos é fortemente marcada por sua língua (muito mais ainda a das mulheres), o que indica que a língua dominante, a que mais usam, é a Avá. Iawi tem mais proficiência de uso do Português do que as mulheres em um continuum de proficiência entre os membros do grupo (e não comparado a um monolíngüe, veja Romaine, 1995, adiante). Nakwatxa, por exemplo, apresenta, quando fala Português, inúmeras alternâncias (ou empréstimos) nos seus enunciados, oriundas de sua língua, o que indica que a língua base é a Avá, uma situação de sua manutenção e não de sua perda. Tuia acompanha sua fala com gestos e se expressa através de itens lexicais e pequenas expressões em Português. Além da maior parte dos empréstimos do Português aos quais tive acesso são criações através da própria língua ou fonologizados e morfologizados pelo filtro da língua e a ela integrados<sup>5</sup>. Como a língua dominante dos mais velhos é a Avá, não seria de se esperar que Trumak e Putdjáwa não sejam proficientes nessa língua, embora ainda não se saiba em que grau, levando-se em consideração o *continuum bilíngüe* proposto por Romaine (1995) e não as abordagens dicotômicas propostas por outros autores. Por “proficiente”, entende-se que os falantes bilíngües são capazes de fazer **uso** das duas

línguas nos diferentes contextos situacionais, *de acordo com seu grau de proficiência*. Ou seja, a de que há *formas intermediárias* de proficiência na língua, em um continuum em que em um pólo encontra-se o modo monolíngüe na L1 (primeira língua) e no outro o monolíngüe na L2 (segunda língua), nos mais variados graus, nas quais o falante mistura as línguas ou empresta de uma língua para a outra, faz transferências, etc. É ainda problemático sabermos o grau de proficiência de Trumak e Putdjáwa no Avá dentro das formas intermediárias, pois somente agora a língua está sendo sistematicamente estudada por Borges<sup>6</sup> e, como a própria autora afirma, está obtendo seus dados principalmente com Trumak e Putdjáwa (dados de relatórios). Note-se que o principal auxiliar de pesquisa de Tosta (1997), inclusive de língua, foi Trumak. No que diz respeito ao Português, Trumak e Putdjáwa o dominam bem. Há várias possibilidades para explicar a diferença do Português de Trumak e Putdjáwa dos outros membros do grupo: a aquisição de uma segunda língua por crianças, no ambiente circundante informal, até por volta do princípio da adolescência, por razões sociopsicolingüísticas, se dá de maneira mais “natural” do que para os adultos. Até esse período a segunda língua pode ser adquirida, inclusive sem sotaque. Há também a possibilidade de que o contato mais intenso com falantes da língua portuguesa os tenham tornado mais proficientes (no sentido já por mim explicado), pois é o *uso* de uma ou outra língua que faz com que para os falantes bilíngües uma língua predomine sobre a outra nos diferentes contextos. Todavia, a *razão da escolha da língua* já é um problema mais difícil de ser detectado (voltaremos ao assunto mais adiante); (iv) é a de que os Avá mantêm sua vida religiosa, como a “cachimbada”, em seus rituais de pajelança. Tosta (1997) relata “que é comum, principalmente entre as mais velhas, trancarem-se em suas casas por horas [...] em atividades de pajelança”. A mesma autora informa que em 1996 Putdjáwa estava sendo iniciada nos rituais Avá. Seguramente estes são no estilo de língua mais formal do grupo (é importante observar que sua vida religiosa não foi perdida apesar dos 12 anos em que estiveram fugindo pela mata. Talvez outros tenham sido perdidos, mas este é um fato a ser observado pelo estudo antropológico).

### 3.3.2. A situação sociolingüística nas “casas do posto”

Das cenas/eventos de fala observados neste local, trata-se de um cenário bilíngüe, com dominância do Português. Mas há espaços para o uso do Avá, quando seus falantes estão presentes, em situações típicas de bilingüismo, de alternância de línguas e/ou empréstimos entre os Avá e os “brancos” e entre eles mesmos. O foco na alternância de línguas nesse estudo é de significativa importância para o desvelamento da vitalidade da língua nativa. As regras sociolingüísticas de uso de uma ou outra língua entre povos bilíngües em contato são várias (Grosjean, 1983). A presença de falantes de Português é uma regra forte entre grupos indígenas - quando há brancos no evento falando Português, fala-se Português - mas, alguns estudos têm mostrado que quando há falantes de uma e outra língua no evento, o falante indígena fala a sua língua, alterna para a sua língua, quando se dirige para o outro falante indígena, mesmo que ambos sejam bilíngües. Logo,

---

<sup>5</sup> O assunto “empréstimos” será tratado em artigo posterior.

<sup>6</sup> Mônica Veloso Borges. Professora da UFG e doutoranda na UNICAMP.

uma regra sociolingüística esperada quando membros de um mesmo grupo conversam, seria a do uso da língua indígena haja brancos ou não no evento de fala mostrando, entre outros aspectos, a “marca de identidade de grupo” (Braggio, 1986, 1989, 2000b). Essa regra parece estar sofrendo outras considerações pelos Avá, nesse ambiente, exceto na “sua casa do posto”. Há algumas situações entre os Avá em que usam o Português ao invés do Avá para falar. Há outras em que usam Avá.

Vejamos alguns eventos de fala (Hymes, 1974) com cenas de alternância de línguas interpessoais em que aparecem ambas as ocorrências.

#### *Cena 1*

Putdjáwa está doente deitada na cama de Magna em sua casa. Trumak está deitado ao lado da cama. Também estamos eu e a Mônica no quarto quando entra Nakwatxa. Ela senta-se na cama e fala em Avá para Putdjáwa por bastante tempo. Putdjáwa responde a ela com monossílabos em Avá. Em seguida, Nakwatxa levanta-se e sai. Essa cena repetiu-se por várias vezes e Nakwatxa só falou em Avá. Em uma delas fez uma pajelança de cura em Putdjáwa. Trumak, depois das saídas de Nakwatxa nos explicava o que ela tinha dito em Avá.

#### *Cena 2*

Estamos no mesmo local e Iawi entra acompanhado por Magna que lhe explica sobre a doença de Putdjáwa. Iawi fala poucas palavras com Putdjáwa em Avá. Putdjáwa não responde. Iawi continua a falar com Magna em Português.

#### *Cena 3*

Estamos na cozinha da casa de Geraldo, eu, Geraldo e Nakwatxa. Magna havia feito pão e Nakwatxa estava comendo, arrancando pedaços de pão com a mão. Iawi entrou e começou a falar com Nakwatxa em Avá. Pegou um pão, colocou sobre uma tábua e foi cortando o pão com a faca, ensinando-lhe, em Avá, que era assim que devia fazer. Nakwatxa responde-lhe em Avá. Iawi fala conosco em Português explicando o que aconteceu.

#### *Cena 4*

Estamos na sala da enfermaria Rosani, Mônica e eu trabalhando em uma atividade escolar com Trumak e Putdjáwa. Iawi chega e vai falar com Putdjáwa. Ela irá para Minaçu no dia seguinte com Magna e Geraldo para tomar remédios. Fala com ela em Português pedindo-lhe para ter cuidado na cidade. Ela responde em Português. Iawi fala um pouco conosco em Português e se vai.

#### *Cena 5*

Estamos todos no quarto, à noite, momento de ouvir histórias e músicas. A língua usada entre Trumak e Putdjáwa é Português. Em vários outros momentos, menos e mais formais, foi essa língua que usaram entre eles em/com nossa presença.

*Cena 6*

Estamos todos no quarto à noite vendo um livro de bichos. À medida que vamos vendo, Mônica pergunta se existem na região e quais são seus nomes. Trumak e Putdjáwa lhe fornecem os nomes em Avá. Todavia, para chegarem a um consenso falam em Português.

Os eventos de fala 7 e 8 foram observados por Estevão, em maio, quando os Avá estavam de volta à sua casa do posto.

*Cena 7*

Estevão e Rosani estão de partida em frente à casa da enfermaria. Trumak vai com eles até Minaçu, pois está doente e vai ao médico. Putdjáwa começa a chorar. Nakwatxa a abraça, falando com ela em Avá. Putdjáwa responde à ela em Avá.

*Cena 8*

Todos estão no pátio tendo uma atividade de letramento com Estevão e Rosani. Estevão observa que enquanto estão fazendo um desenho Tuia pergunta algo a Putdjáwa em Avá. Putdjáwa lhe responde em Português com um simples “não”.

*Cena 9<sup>7</sup>*

Rosani e Estevão estão indo para a casa do posto dos Avá. Na porta há um cachorro que começa a latir muito. Putdjáwa fica brava com ele, falando em Avá.

*Cena 10*

Estamos Walter, Estevão e eu visitando a casa no alto. A língua usada entre eles é Avá. Tuia e Putdjáwa conversam juntinhas na rede em Avá. Matxa chama Putdjáwa e diz-lhe em Avá para nos mostrar o cavalo (frase traduzida para nós por Putdjáwa). A língua usada conosco é, claro, Português.

*Cena 11*

Estamos Estevão, Nakwatxa, Trumak e Putdjáwa na casa de Walter. Nakwatxa fala em Avá com Putdjáwa pedindo-lhe que “vá pedir agulhas para o Geraldo”. Esta lhe responde em Avá e quando chega diz em Avá a Nakwatxa que “o Geraldo só mandou duas, porque senão gasta” (as frases foram traduzidas para nós em Português por Putdjáwa).

---

<sup>7</sup> Essa cena foi observada por Rosani em maio.

#### 4. CONSIDERAÇÕES GERAIS

Como afirmei anteriormente, a alternância de línguas, inter e intrapessoal, no mesmo enunciado ou entre enunciados entre falantes bilíngües, é um processo natural em eventos de fala bilíngües. A *escolha da língua* a ser usada entre os interlocutores bilíngües, nunca é ao acaso, sempre segue regras sociolingüísticas e pode ter várias razões (entre elas os participantes, o tópico, o status dos interlocutores, o contexto situacional, a lealdade de grupo, para marcar identidade cultural, para excluir um outro falante). Essas regras vão sendo adquiridas entre os interlocutores bilíngües ao mesmo tempo em que adquirem a segunda língua, fazendo parte da aquisição de sua competência comunicativa (McLaughlin, 1978). Contudo, nem sempre o falante bilíngüe está certo de que língua usar, já que são muitos os fatores que intervêm nesse processo. A literatura sobre o assunto relata vários desses casos. Como se pode observar pelos exemplos o uso de uma ou outra língua entre os Avá está em *situação de conflito entre seus falantes* fora de seu próprio núcleo. Minha primeira hipótese é a de que, para os Avá, *fora de sua casa* “domínio social dos brancos” (Fishman, 1991), para falar com os brancos, na presença de brancos, este é um ambiente “em que se deve falar Português” o “ambiente da língua portuguesa”, dos “brancos”, etc., mas não para todo o grupo. Há um momento em que essa hipótese não se confirma: quando os mais velhos usam Avá para falar entre si e com Trumak e Putdjáwa. Mas se confirma quando Iawi fala em Português com Trumak e Putdjáwa e estes falam entre si também o Português em *nossa presença*. Uma etnografia da fala será necessária para decodificar o uso da língua indígena entre eles: quem fala (ou pode falar), para quem, quando, como. Decodificar as regras sociolingüísticas de uso do Avá.

Logo, o que me preocupa mais é a língua usada entre Trumak e Putdjáwa, o Português, nesse núcleo, embora se ressalte o fato de que estão em nossa presença. Ambos são da última geração e são eles que deverão passar a língua Avá para seus descendentes, sem romper com a primeira atitude de seus pais, a da passagem da própria língua para a próxima geração. Se isso não ocorrer, se o Português se consolidar como língua dominante de Trumak e Putdjáwa a língua Avá será perdida e, com ela, a herança cultural nela inscrita e a dos próprios Avá enquanto povo etnicamente singular. Pior, poderão ser considerados como não-indígenas e terão suas terras ainda mais à mercê do homem “branco”.

Em vista disso, uma questão vital a ser desvelada é a atitude de Trumak e Putdjáwa com relação à sua língua e cultura, a seu povo. Agora em agosto, em ambiente informal, fiz a Trumak e Putdjáwa algumas perguntas baseadas em questionário semi-estruturado (Agar, 1983), gravadas em 30/08, que esclarecem, em parte, essa questão e a do uso das línguas entre eles:

Eu os “coloquei” na casa do alto do morro (uso da língua):

Silvia: Que língua a Matxa fala com a Nakwatxa?

Trumak: Que língua?

Silvia: É a língua indígena ou o português?

Trumak: É a indígena.

Silvia: Que língua a Matxa fala com a Tuia?<sup>8</sup>

Trumak: Avá.

Silvia: Que língua o Iawi fala com a Matxa?

Trumak: Avá.

Silvia: Que língua que Trumak e Putdjawa falam com Matxa?

Trumak e Putdjáwa: Avá.

Silvia: E com a Tuia?

Trumak e Putdjáwa: Avá também.

Silvia: E com o Iawi?

Trumak e Putdjáwa: Também.

Silvia: Lá na casa do alto vocês falam português ou Avá?

Trumak e Putdjáwa: AVÁ.AVÁ.

Eu os “coloquei”, então, no Posto

Silvia: Que língua vocês falam com o Geraldo? Português ou Avá?

Esclarecimento de Estevão, pois Trumak não entendeu a pergunta.

Trumak: Português. Com o Geraldo não é Avá não. Em Avá é eu, a Putdjáwa, a Tuia, a Matxa, a Nakwatxa e o Iawi.

Atitude com relação à língua e ainda uso da língua:

Silvia: Que língua vocês gostam mais de falar?

Trumak: O que é Silvia?

Silvia: Qual é a língua mais fácil de falar?

Trumak e Putdjáwa: AVÁ.AVÁ.AVÁ.

Silvia: Qual a língua mais bonita?

Putdjáwa: Avá.

Trumak: Avá.

Silvia: Qual a língua que vocês falam na casa do Geraldo com o Iawi?

Trumak e Putdjáwa: Avá.

Perguntei mais de uma vez. Disse que o Estevão e eu ouvimos os dois falando Português com Iawi. Não concordaram. Foram absolutamente firmes e enfáticos nas respostas que deram várias vezes: É AVÁ.

---

<sup>8</sup> .....significa dado não relevante

Da amostra acima e das minhas observações fica constatado que a língua usada entre eles, no seu núcleo, é Avá. Como Trumak e Putdjáwa passam dias e noites lá, estão tendo acesso à língua utilizada na pajelança, certamente a da “esfera privada” do grupo e, óbvio, à do “cotidiano”. Quanto à atitude dos dois com relação à sua língua, suas respostas mostram uma *atitude positiva*, seguramente herdada de seu grupo. Esta atitude é um caminho, que se bem trabalhado, pode levá-los a falar Avá entre si, em nossa presença. Putdjáwa e Trumak demonstram alegria quando nos ensinam sua língua. O fato de sua língua estar sendo estudada e o interesse da equipe em aprendê-la podem ajudar nesse processo. O diálogo de Nakwatxa e Putdjáwa (cena 11) *em nossa presença* é um indício dessa possibilidade. O intrigante é que negam veementemente falar Português com Iawi no núcleo 2. Há algumas possibilidades de explicação, mas que devem ser mais bem trabalhadas: estavam se referindo à “sua casa” no posto e não ao PI ; não consideram que o Português de Iawi também não seja Avá, dadas as marcas dessa última língua na variedade de Português dele. Há outras a serem pensadas a partir de uma maior relação com o grupo.

## 5. BREVE CONCLUSÃO

Neste artigo tentei mostrar as minhas primeiras impressões com a situação de contato da língua Avá-Canoeiro com o Português na reserva de Minaçu. O foco, a partir de meu olhar, recaiu sobre o uso das línguas, manutenção ou deslocamento, tomando as alternâncias de línguas interpessoais e várias outras perguntas de Edwards (1992) e dos autores apontados que trabalham com code switching. Como se podem observar os Avá de Minaçu não perderam sua língua no contato, passaram-na para seus filhos e continuam usando-a. As alternâncias de língua ocorrem de forma natural, mas algumas das cenas mostradas indicam o uso do Português em detrimento do Avá no núcleo 2. O uso do Português entre Trumak e Putdjáwa no núcleo 2, deve ser cuidadosamente analisado, recorrendo-se a mais estudos e observações, a fim de que se possa detectar que *ações são mais urgentes* para que se possa evitar a extinção da língua, também as de ordem extra-lingüísticas, conforme autores utilizados nessa análise e que demandam essas ações pensadas por outros especialistas, além dos componentes da atual equipe, em “aliança colaborativa” (Müller, 2001) com o grupo Avá . As ameaças que me parecem mais contundentes nesse momento são a do tamanho do grupo, que têm dado origem ao argumento: “por que tanta terra para tão poucos índios” o que os torna sempre vulneráveis à invasão, já que ela está apenas demarcada. Já afirmamos que mudanças no ecossistema provocam mudanças na língua e cultura, *abruptas*, e que grupos pequenos são menos resistente às pressões econômicas e tecnológicas. Recentemente, foi inaugurada a Usina de Cana Brava em parte de suas terras. Com isso, poderá haver a alteração do ecossistema. E mais, a entrada do homem “branco”: madeireiros, caçadores, mineradores, pescadores, fica facilitada e pode haver contatos conflituosos. Uma outra ameaça é a da passagem da língua para a próxima geração, já que Trumak e Putdjáwa, no momento, estão usando mais Português do que Avá e são seus últimos descendentes. Há questões a serem esclarecidas, mais estudos a serem empreendidos e, sem dúvida, os sociolinguistas têm um importante papel a desempenhar, a fim de auxiliar na não extinção da língua Avá-Canoeiro de Minaçu. E, claro, desse povo, enquanto etnia diferenciada e singular. Esta é apenas a ponta do iceberg.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADELAAR, Williem F. H. (1991). The endangered languages problem: South America. In R. H. Robins. & E. M. Uhlenbeck (eds.). *Endangered Languages*, p. 45-92.
- \_\_\_\_\_.(1998). The endangered situation of native languages in South America. In K. Matsumara (ed.). *Studies in endangered languages*, p. 1-15. Tokyo: Hituzi Syobo.
- AGAR, Michael (1983). *The Professional Stranger. An introduction to ethnography*. New York: Academic Press.
- ALBÓ, Xavier (1988). El futuro de los idiomas oprimidos. In E. P. Orlandi (org.). *Política lingüística na América Latina*, p. 75-104. Campinas, SP: Pontes.
- \_\_\_\_\_.(1999). Desafíos de la Bolivia plurilingüe. In A. Herzfeld & Y. Lastra (eds.). *Las causas sociales de la desaparición y de mantenimiento de las lenguas en las naciones de América*, p. 223-243. Sonora, MX: Universidad de Sonora.
- AVILA, Raúl (1999). La comunicación masiva y las lenguas en la aldea global. In A. Herzfeld & Y. Lastra (eds.). *Las causas sociales de la desaparición y de mantenimiento de las lenguas en las naciones de América*, p. 277-293.
- BAKHTIN, Mikhail (1992). *Estética da criação verbal*. SP: Martins Fontes.
- BORGES, Mônica Veloso (2002). Relatórios de Pesquisa do Projeto Avá-Canoeiro. ms.
- BRAGGIO, Silvia L.B. (1986). *The sociolinguistics of literacy: a case study of the Kaingang, a Brazilian Indian tribe*. Tese de doutorado. Albuquerque, NM: University of New Mexico.
- \_\_\_\_\_.(1989). Alfabetização como um processo social complexo: análise de como ela ocorre entre os Kaingang de Guarapuava, Paraná. *Trabalhos em Lingüística Aplicada* 14: 155-170. Campinas, SP: UNICAMP.
- \_\_\_\_\_.(1992). Situação sociolingüística dos povos indígenas do estado de Goiás e Tocantins. *Revista do Museu Antropológico* 1(1): 1-62. Goiânia, GO: UFG.
- \_\_\_\_\_.(1995). The sociolinguistic situation of native peoples of Central Brazil: from trilingualism to language loss. *Inter-ação* 1(1): 123-145. Goiânia, GO: UFG.
- \_\_\_\_\_.(1997). Aquisição e uso de duas línguas: variedades, mudança de código e empréstimo. *Boletim da Abralin* 20: 139-172. Maceió: AL: UFAL.
- \_\_\_\_\_.(2000a). Contato entre línguas: subsídios para a educação escolar indígena. *Revista do Museu Antropológico* 2(1): 121-134. Goiânia, GO: UFG.
- \_\_\_\_\_.(2000b). *Projeto Avá-Canoeiro Proposta de Educação: vitalização de língua e cultura* Goiânia, GO: UFG ms.
- \_\_\_\_\_.(2000c). A instauração da escrita entre os Xerente: conflitos e resistências. *Revista do Museu Antropológico* 2(2): 19-52. GO: UFG.
- \_\_\_\_\_.(2001). *Línguas Indígenas Brasileiras Ameaçadas de Extinção*. Manuscrito resultante do *Projeto Línguas em Contato: línguas indígenas brasileiras em contato com o português*, elaborado como parte do Programa de Pós-Doutorado, realizado no Departamento de Lingüística da University of New México, financiado pela CAPES, processo no.1198/00-9.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto (1978). *A sociologia do Brasil indígena*. Brasília: UnB.
- COELHO DOS SANTOS, Sílvio (1995). *Os direitos indígenas no Brasil*. In A. Lopes da Silva & Luiz D.B. Grupioni, Luiz (eds.). *A temática indígena na escola*, p. 87-105. Brasília: MEC/MARI/UNESCO.
- CRYSTAL, David. (2000). *Language death*. Cambridge: Cambridge University Press.
- CUARÓN, Beatriz G. (org.) (2000). *Políticas lingüísticas en México*. México: La Jornada Ediciones.
- CUARÓN, Beatriz G. & LASTRA, Yolanda (1991). *Endangered languages in Mexico*. In R. H. Robins & E. M. Uhlenbeck (eds.). *Endangered languages*, p. 93-134.

- DORIAN, Nancy (ed.) (1989). *Investigating obsolescence. Studies in language contraction and death*. Cambridge: Cambridge University Press.
- EDWARDS, John. (1992). Sociopolitical aspects of language maintenance and loss: towards a typology of minority language situations. In Willem Fase; K. Jaspaert, and S. Kroon (eds.). *Maintenance and loss of minority languages*, p. 37-54. Amsterdam: Benjamins, p. 37-54.
- FISHMAN, Joshua. (1991). *Reversing language shifting*. Clevedon: Multilingual Matters.  
 \_\_\_\_\_.(ed.) (2001). *Can threatened languages be saved?* Clevedon Multilingual Matters.
- GRENOBLE, Lenore A. & WHALEY, Lindsay J. (eds.). (1998a). *Endangered languages*. Cambridge: Cambridge University Press.  
 \_\_\_\_\_.(1998b). Toward a typology of language endangerment. In \_\_\_\_\_. *Endangered languages*, p. 22-54. Cambridge: Cambridge University Press.
- GROSJEAN, François. (1983). *Life with two languages*. Cambridge: Harvard University Press.
- HALE, Ken. (1992a). On endangered languages and the safeguarding of diversity. *Language*.68: 1-3.  
 \_\_\_\_\_.(1992b). Language endangerment and the human value of linguistic diversity. *Language*. 68: 35-42.  
 \_\_\_\_\_.On endangered languages and the importance of linguistic diversity. In L.A. Grenoble & L.J. Whaley (eds.). *Endangered languages*, p. 192-216.
- HAMEL, Rainer H. (1988). La política del lenguaje y el conflicto interétnico. Problemas de investigación sociolingüística. In E. P. Orlandi (org.). *Política lingüística na América Latina*, p. 41-74. Campinas, SP: Pontes.
- HARE, Cecilia. (1999). Por un nuevo estado, pluricultural y plurilingüe. In A. Herzfeld & Y. Lastra (eds.) *Las causas sociales de la desaparición y de mantenimiento de las lenguas en las naciones de América*, p. 295-303.
- HERZFELD, Anita & LASTRA, Yolanda (eds.) (1999). *Las causas sociales de la desaparición y de mantenimiento de las lenguas en las naciones de América*. Sonora, MX: Universidad de Sonora.
- HINTON, Leanne (2001). Language revitalization: an overview. In L. Hinton & K. Hale (eds.). *The green book of language revitalization*, p. 3-18. New York: Academic Press.
- HINTON, Leanne e HALE, Ken (eds.) (2001). *The green book of language revitalization in practice*. New York: Academic Press.
- HYMES, Dell H. (1974). The ethnography of speaking. In Ben G. Blount (ed.) *Language, Culture and Society*, p. 335-369. Cambridge: Winthrop Publishers, Inc.
- KINCADE, Dale (1991). The decline of native languages in Canada. In R.H. Robins & E.M. Uhlenbeck (eds.) *Endangered languages*, p. 157-176.
- KRAUSS, Michael. (1992). The world's languages in crisis. *Language* 68: 4-10.  
 \_\_\_\_\_.(1996). *Status of Native American language endangerment*. In G. Cantoni (ed.) *Stabilizing Indigenous Languages*. Flagstaff: Center for Excellence in Education, Northern Arizona University, 5 p. <<http://www.ncbe.gwu.edu>>
- MATSUMARA, Kazuto (ed.) (1998). *Studies in endangered languages*. Tokyo: Hituzi Syobo.
- MÜLLER DE OLIVEIRA, Gilvan. (2001). A língua entre os dentes. Entrevista ao *Caderno Temático-Jornal da Unicamp*. Ano XV. N.165, p. 4-5.

- MCLAUGHLIN, Barry (1978). *Second-language acquisition in childhood*. Lawrence Erlbaum Associates.
- NETTLE, Daniel & Suzanne Romaine (2000). *Vanishing Voices. The extinction of the world's languages*. Oxford: Oxford University Press.
- ORLANDI, Eni P. (org.) (1988). *Política lingüística na América Latina*. Campinas, SP: Pontes.
- PEDROSO, Dulce (1994). *O Povo Invisível*. FURNAS/UCG.
- REYHNER, Jon (1996). Rationale and needs for stabilizing indigenous languages. In Gina Cantoni (ed.) *Stabilizing Indigenous Languages*. Arizona: Northern Arizona University.
- RICARDO, Carlos A. (org.) (2001). *Índios no Brasil. 1996/2000*. São Paulo: ISA.
- ROBINS, Robert H. & UHLENBECK, Eugenius M. (eds.) (1991). *Endangered languages*. Oxford: Berg.
- RODRIGUES, Aryon D. (1986). *Línguas Brasileiras. Para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Loyola.
- \_\_\_\_\_.(1993a). Línguas indígenas: 500 anos de descobertas e perdas. *DELTA* 9: 83-103.
- \_\_\_\_\_.(1993b). Endangered languages in Brazil. Artigo apresentado no *Symposium on Endangered Languages of South America*. Rijkis Universiteit Leiden: Holanda.
- \_\_\_\_\_.(2000). *As línguas gerais sul-americanas*. LALI. Brasília: UnB.
- ROCHA, Leandro M. (1998). *Índios do Brasil Central*. CEGRAF/UFG.
- ROMAINE, Suzanne (1995). *Language in Society*. Oxford: Oxford University Press.
- SEKI, Lucy (1984). Problemas do estudo de uma língua em extinção. *Boletim da Abralín* 6: 109-118.
- SILVA, Aracy Lopes da & GRUPIONI, Luiz D.B. (orgs.) (1995). *A temática indígena na escola*. Brasília: MEC/UNESCO/MARI.
- TORAL, André. (1986). Relatório para a FUNAI. FUNAI, mimeo.
- TOSTA, Lena T.D. (1997). *"Homi Matou Papai Meu": uma situação histórica dos Avá-Canoeiro*. Brasília: UnB. ms.
- WURM, Stephen (1991). Language death and disappearance: causes and circumstances. In R. H. Robins & E. M. Uhlenbeck (eds.) *Endangered languages*, p.1-18.
- \_\_\_\_\_.(1998). Methods of language maintenance and revival, with selected cases of language endangerment in the world. In K. Matsumara (ed.) *Studies in endangered languages*, p. 191-211.
- \_\_\_\_\_.(2000). Lenguas y culturas en contacto en el mundo de hoy: panorama general. In B. G. Cuarón (org.) *Políticas lingüísticas en México*, p. 19-38.

Recebido: 04/02/2003

Aceito: 17/12/2003